

Comentário V

Lana Lage da Gama Lima

Departamento de História, Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia/Universidade Federal
Fluminense

Neste ensaio, o professor Ronaldo Vainfas realiza uma análise perspicaz do campo de estudos denominado História da Vida Privada, movendo-se com desenvoltura num terreno que ele mesmo classifica como ambíguo, à procura de demarcar seus territórios, tanto do ponto de vista temático, quanto teórico-metodológico.

A principal estratégia utilizada para dar conta dessa delicada tarefa é o exame, qualitativo e quantitativo, dos cinco volumes publicados por Georges Duby e Philippe Ariès entre 1985 e 1987, condensando significativa parte da produção historiográfica desse campo.

O primeiro alvo escolhido, na análise da obra, são os prefácios escritos por seus organizadores. Com muita propriedade, e por vezes com fina ironia, Vainfas aponta as incertezas e mesmo incoerências que estes textos apresentam.

De início um dilema muito bem captado: como conciliar uma abordagem suficientemente ampla do que seria vida privada, para incluir sociedades que vão da Europa à África romanizada, desde a Antiguidade até a década de 1980, com um conceito de privacidade consolidado apenas no século XIX, com a sociedade burguesa?

Em seguida, os tropeços na definição dos objetos de estudo, a qual passa pelo confronto entre os conceitos de cotidiano e vida privada, entendidos por Duby – erroneamente, segundo Vainfas – como noções distintas. Apesar de reconhecer um certo avanço na definição apresentada por Duby no segundo

volume, Vainfas insiste, com razão, em apontar a incongruência em querer-se como campo da vida privada a familiaridade e o doméstico, excluindo porém daí o individualismo. Essa questão, na sua opinião, seria resolvida de modo mais eficiente por Ariès, no ensaio introdutório ao volume três, ao localizar a problemática da vida privada no Ocidente, nos tempos modernos, e sobretudo a partir do século XVIII. Assim, a História da Vida Privada preocupar-se-ia com o movimento de constituição do mundo burguês, marcado pela privacidade, individualismo e mesmo, solidão; numa perspectiva tributária da obra de Norbert Elias.

Essa abordagem, aponta Vainfas – e concordo plenamente – confere a esse campo maior consistência do que aquela apresentada por Duby, mais abrangente, e que efetivamente orientou a organização da coletânea em questão. Esses impasses explícitos entre as concepções dos próprios organizadores da obra, revelam o que Vainfas qualifica como “fragilidade desconcertante” desse campo de estudos.

Na corajosa tentativa de torná-lo mais consistente, é que o autor mergulha nos estudos efetivamente produzidos, e apresentados naquela coleção, procurando confrontá-los com essas “cartas de intenção”, constituídas pelos prefácios. Trata-se sem dúvida de uma estratégia segura, que a meu ver rendeu bons frutos.

Como não podia deixar de ser, Vainfas faz referência à série intitulada *História da vida cotidiana*, publicada pela Hachette, a partir de 1938. E, apesar das críticas de Duby, reconhece, mais uma vez com muita propriedade – e justiça, valeria acrescentar –, que esta obra inclui “textos memoráveis”, que estão bem longe da visão microscópica, que, segundo Duby, acompanharia o conceito de vida cotidiana. Afinal, essa noção tem sido utilizada de forma integrada a análises globais em obras como *A sociedade feudal*, de Marc Bloch, apontada como modelar por Le Goff, ou *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, de Fernand Braudel, ou ainda – lembraria eu – *O declínio da Idade Média*, de Johan Huizinga.

Mas, ao fim desse minucioso exame da produção historiográfica apresentada nos cinco volumes da *História da vida privada*, a que conclusões chega o autor? Em primeiro lugar, que a obra não inaugurou efetivamente um campo novo, tendo precursores desde o século XVIII e particularmente no nosso século, o trabalho pioneiro de Norbert Elias.

Em segundo, que nela predominam estudos sobre a Europa ocidental, particularmente a França. Em terceiro, que a documentação é a mais variada possível, extrapolando em muito os testemunhos produzidos diretamente na esfera da vida privada. Em quarto, que, utilizando uma periodização convencional, a obra tem a esmagadora maioria de seus artigos referentes ao período posterior aos séculos XV/XVI e mais da metade se ocupando dos séculos XIX e XX, fato que reforça a concepção de Ariès. Quanto aos assuntos, Vainfas aponta a falta de critérios para a sua enunciação. Ora são temáticos, ora temporais. Quanto à temática, é a mais vasta possível, com visível predominância para a História da família, à moda de Ariès, o que não esconde o fato – apontado com perspicácia e certa mordacidade benevolente – de muitos textos terem como tema a vida privada, mas tratarem efetivamente de outros assuntos.

De todo esse conjunto de pertinentes observações, o que conclui finalmente o autor? Que a nova História da Vida Privada, tal como se apresenta na coletânea em questão, não é muito diferente daquilo que se denominou História das Mentalidades ou História Cultural. Essa avaliação, já esboçada, segundo o autor, em trabalho escrito anteriormente, me parece acertadíssima e é eficazmente demonstrada pelo acurado exame dos textos selecionados por Duby e Ariès. Sendo assim, aponta Vainfas com sagacidade, a procura de um efetivo rigor na demarcação temática e teórico-metodológica desse campo só teria sentido se aplicada ao conceito restrito de vida privada, tal como nos apresenta Ariès.

Uma vez explicitada minha comunhão de pensamento com o autor no que tange ao cerne de sua avaliação, resta-me fazer dois comentários a colocações pontuais e uma cobrança que pode ser entendida como uma saudável provocação.

O primeiro comentário diz respeito ao arrolamento dos manuais de confissão entre as obras normatizadoras da vida cristã, vale dizer, ocidental. Exatamente por concordar que textos dessa natureza exigem uma hermenêutica cuidadosa, é que chamo a atenção para o lugar especial que os manuais ocupam nesse tipo de literatura. Trabalhando com essas fontes desde 1986, percebi – como explicitiei em minha tese de doutoramento, *A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial* (1990) – que ultrapassam a fala legalista e formalista dos textos canônicos, os quais apresentam certamente “modelos ideais de comportamento que, quando muito, permitem deduzir as práticas e atitudes que os moralistas tencionavam corrigir, extirpar ou estigmatizar” – conforme afirma Vainfas. Como guias eminentemente práticos, ao contrário dos tratados puramente dogmáticos, os manuais de confissão emergem das experiências pessoais dos confessores em confronto com situações reais vividas pelos penitentes, que não são apenas presas passivas de uma linguagem de submissão – como quer Pierre Legendre (1983) –, mas colocam questões bastante objetivas e práticas a essa linguagem, que se forja assim no confronto com situações concretas e variadas de que devem dar conta. Por baixo da linguagem formalista nos deparamos pois com dramas pessoais que espelham o mundo real, vivido por esses cristãos que a Igreja desejava corrigir e enquadrar em suas regras. Os próprios autores indicam como sua experiência nos confessionários incidiu sobre a redação de suas obras, que procuram fazer a ponte entre os conflitos vividos e os conflitos classificados pela Teologia Moral.

Em suma, a casuística da confissão não constitui apenas o desdobramento do próprio texto canônico, é resposta à fala dos penitentes e por isso espelha também situações concretas e a dificuldade de classificá-las. Por isso, o célebre canonista Martim de Azpilcueta Navarro escreveu o livro intitulado *Capítulo veynte y ocho de las addiciones del Manual de Confesores*, esclarecendo as dúvidas suscitadas pela aplicação dos vinte e sete capítulos de seu famoso manual de confissão. As questões apresentadas – e respondidas – dão bem a idéia desse diálogo entre a norma e a vida prática.

Outra questão pontual, e mesmo periférica, que nos chamou a atenção, foi o fato de Vainfas qualificar como obscura a referência de Duby à “eliminação da diferença entre o masculino e o feminino (...) ancorada na

distinção entre o exterior e o interior, entre o público e o privado". Mesmo considerando a não disfarçada impaciência com as colocações de Duby por parte do autor – que classifica, talvez com alguma razão, o texto em que se insere essa passagem como apocalíptico – não consegui entender o seu ímpeto de mutilar o texto e a desculpa por não fazê-lo. Afinal, o esmaecimento das diferenças de gênero é fenômeno marcante e marcado em nosso tempo e faz sentido Duby citá-lo como sinal das mudanças ocorridas nas fronteiras entre o público e o privado. Ainda que – como parece ser o caso do articulista, embora não o explicita – não se concorde com o sentido atribuído a essas mudanças e se esteja mais inclinado a concordar com Richard Sennett.

De qualquer modo, as definições de gênero – conceito entendido como apropriação social das diferenças sexuais – têm como elemento constitutivo as definições de espaços sociais. As mudanças enunciadas por Maria Rita Kehl (1997), apontando para o esfacelamento dos rígidos modelos do que é ser feminino ou masculino, passam necessariamente pela questão das novas relações entre o público e o privado nas sociedades ocidentais. A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres e as consequências desse movimento para os próprios limites estabelecidos entre o público e o privado são questões que têm preocupado a produção historiográfica voltada para a História das Mulheres. Considero, pois, perfeitamente clara e pertinente a referência de Duby, causadora de tanta espécie.

Finalmente o último ponto. As críticas de Ciro Cardoso à Nova História mereciam uma reflexão mais aprofundada do que um simples: "se a História da Vida Privada se enquadra perfeitamente neste paradigma pós-moderno de que fala Cardoso, eis algo que não vou discutir aqui". Afinal, acusações tão severas – uma vez citadas – demandariam maiores considerações, sobretudo se levarmos em conta que o Professor Ronaldo Vainfas é um historiador de reconhecida competência nesse campo de estudos, tão duramente acusado de representar a pulverização das totalidades históricas e a renúncia à explicação. Este enunciado certamente exige de quem o cita uma tomada de posição mais firme do que a simples observação de que "a História da Vida Privada, herdeira da velha História das Mentalidades ou inscrita na Nova História Cultural, tem realmente alguma contribuição a dar". Este final frouxo, na verdade, não condiz com o restante do artigo, marcado pelas posições do autor e muitas vezes por um tom irônico, que personaliza o seu texto e tira a aridez costumeira das discussões teóricas. Diante dele penso que é lícito perguntar o que foi feito do ímpeto polêmico do autor, dirigido de forma impiedosa contra Georges Duby? Ou ainda, se o articulista comunga das idéias de Ciro Cardoso, e por isso não defende a história que ele mesmo pratica?